

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	13
Capítulo I – O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CONCEITO DE PUNIBILIDADE	19
1.1. A concepção subjetiva	21
1.1.1. Os fundamentos jusnaturalistas da formulação contratualista	21
1.1.2. A formulação contratualista liberal da modernidade ..	24
1.1.3. O caráter imperativo do poder estatal	27
1.1.4. A formalização jurídica do poder estatal	32
1.1.5. Síntese das críticas à concepção subjetiva	41
1.2. A classificação do poder punitivo como um elemento essencial do Estado, juridicamente definido	45
1.3. A perspectiva processual da punibilidade	48
1.4. Conteúdo básico do conceito de punibilidade	49
1.5. Especificação conceitual da punibilidade	52
1.5.1. Obstáculos para a distinção entre punibilidade e penalidade	57
1.5.1.1. A equiparação dos conceitos de punibilidade e penalidade	58
1.5.1.2. A distinção entre a possibilidade jurídica de aplicação de pena e a própria pena....	59
1.5.1.3. A confusão terminológica	60
1.5.2. Critérios para a distinção entre punibilidade e penalidade.....	61
1.5.3. Síntese conclusiva das diferenças entre punibilidade e penalidade	63

- 1.5.4. A definição da punibilidade concreta, e sua distinção em relação à punibilidade abstrata..... 64

Capítulo II – CLASSIFICAÇÃO DA PUNIBILIDADE CONCRETA NA TEORIA DO DELITO 69

- 2.1. A formulação quadripartida original referida à punibilidade abstrata 70
- 2.2. A crítica lógico-formal ao aspecto tautológico do conceito de delito..... 75
- 2.2.1. A classificação da punibilidade como uma “característica” do delito..... 79
- 2.2.2. A retórica terminológica 82
- 2.3. A confusão entre a punibilidade concreta e a penalidade. 84
- 2.4. A confusão entre o delito e o ilícito penal 88
- 2.5. A simplificação positivista de referência legal..... 89
- 2.6. A formulação residual..... 90
- 2.7. Síntese da análise e formulação de um conceito integral de delito que compreende a punibilidade concreta 95

Capítulo III – A AFETAÇÃO DO BEM JURÍDICO COMO FUNDAMENTO DA PUNIBILIDADE..... 101

- 3.1. O desenvolvimento do conceito teórico funcional de bem jurídico 102
- 3.1.1. A crítica funcionalista sistêmica à função atribuída ao bem jurídico na teoria do delito..... 109
- 3.1.2. A crítica à indeterminação do conteúdo objetivo do conceito de bem jurídico..... 113
- 3.1.3. O sentido do conceito de bem jurídico referido à punibilidade concreta 122
- 3.2. A classificação da afetação do bem jurídico na estrutura tripartida do delito 123
- 3.2.1. Os conceitos “formal” e “material” de delito 124
- 3.2.2. O bem jurídico como referência geral dos elementos do delito 125
- 3.2.3. A antijuridicidade concreta e a tipicidade material 126

Capítulo IV – A CLASSIFICAÇÃO DA AFETAÇÃO DO BEM JURÍDICO EM UM CONCEITO INTEGRAL DE DELITO.....	139
4.1. A utilização do critério do merecimento de pena para a inclusão de um conteúdo material no conceito estrutural de delito.....	140
4.1.1. O desenvolvimento do fundamento do merecimento de pena	142
4.1.2. A função prática do merecimento de pena.....	147
4.1.3. A diferença entre o merecimento de pena e o merecimento de tutela penal.....	157
4.1.4. A necessidade de pena como consequência do ilícito penal merecedor de pena.....	163
4.1.5. Os diferentes efeitos do merecimento e da necessidade de pena.....	171
4.1.6. Os problemas da proposição funcionalista sistêmica da finalidade preventiva da pena	178
4.1.7. A ausência de uma categoria adequada para a classificação do merecimento de pena na estrutura tripartida do delito.....	181
4.2. Uma proposta de classificação da afetação do bem jurídico na estrutura quadripartida do conceito integral de delito.	188
Capítulo V – DINÂMICA DA PUNIBILIDADE CONCRETA.....	191
5.1. A implementação da punibilidade	192
5.1.1. O impropriamente chamado “resultado jurídico” ..	193
5.1.2. A distinção entre a consumação do fato típico e a afetação do bem jurídico.....	201
5.2. A eliminação da punibilidade	206
5.2.1. As causas que eliminam a punibilidade	208
5.2.1.1. A exclusão da punibilidade	216
5.2.1.2. A extinção da punibilidade e exclusão da penalidade.....	226
5.2.1.3. A extinção da penalidade.....	245
5.2.2. A necessidade de pena como fundamento para eliminar a punibilidade	259
CONCLUSÕES.....	261
BIBLIOGRAFIA.....	265